

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Fim de cota de etanol provoca impasse.....	2
Título: Câmara aprova requerimento de urgência para marco do gás.....	3
Título: Depois de dois anos, Vale retoma pagamento de dividendos.....	5
Título: AES Corp planeja acelerar crescimento no Brasil	8
Título: Mercado solar desacelera, mas cresce no semestre	9
Título: TCU aprova concessões da Vale até 2057.....	10
Título: CSN negocia adiar R\$ 1,1 bi em dívida.....	12
Título: Falta verde na reforma tributária	14
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	16
Título: Vale lucra R\$ 5,3 bi no segundo trimestre.....	16
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	18
Título: TCU rejeita veto a anúncios em sites indevidos	18
Título: Câmara aprova urgência de projeto que cria marco regulatório do gás.....	20
VEÍCULO: O Globo.....	22
Título: Câmara acelera tramitação do novo marco regulatório do gás	22
Título: Petrobras vai pagar para fundo de pensão R\$ 950 milhões	23
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	24
Título: TCU arquiva denúncia contra Petrobras.....	24
Título: Urgência para lei do gás.....	25

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 30/07/2020****Seção: Agronegócios****Autor: Daniel Rittner e Cristiano Zaia — De Brasília****Título: Fim de cota de etanol provoca impasse**

Perto de expirar, a cota para entrada de etanol importado sem cobrança da tarifa externa comum (TEC) no mercado brasileiro é objeto de um impasse em Brasília. O governo pretende acabar com a cota, que atualmente garante a entrada de 750 milhões de litros por ano com alíquota zero, mas está no meio de um fogo cruzado.

Os EUA, principais beneficiados com a medida, pressionam o Brasil pela adoção de uma TEC igual ou menor que 2,5% para todo o volume importado. Hoje ela é de 20% sobre as importações extra-cota. As bancadas do Nordeste e do agronegócio no Congresso também não querem mais a cota, mas defendem a aplicação da tarifa “cheia” para tudo, alegando temer uma inundação do mercado brasileiro pelo etanol americano à base de milho.

Diante das pressões, uma possibilidade estudada por auxiliares do presidente Jair Bolsonaro foi fixar uma alíquota intermediária, mais próxima de 10%.

Há consenso em extinguir a cota, que foi criada em 2017 e tinha originalmente uma previsão de 600 milhões de litros por ano. Sua validade é de 1º de setembro de um ano até 31 de agosto do ano seguinte. Em 2019, com o estreitamento das relações Brasil-Estados Unidos, a cota passou para 750 milhões de litros.

Quatro ministros - Paulo Guedes (Economia), Teresa Cristina (Agricultura), Ernesto Araújo (Relações Exteriores) e **Bento Albuquerque (Minas e Energia)** - tiveram uma reunião ontem à tarde para tratar do assunto. Em um sinal de como o tema é delicado, eles entraram em consenso sobre o fim da cota, mas não chegaram a nenhuma conclusão sobre a nova alíquota. A Agricultura é simpática ao pleito das usinas brasileiras, que lutam para manter a TEC em 20%. “É o presidente Bolsonaro quem vai decidir”, afirma uma fonte, reconhecendo o impasse.

Dois fatores - um político e outro diplomático - pesam na indefinição. Atrás do democrata Joe Biden em todas as pesquisas, Donald Trump gostaria de usar a abertura total do mercado brasileiro como uma boa notícia para Estados tradicionalmente republicanos que formam parte do chamado “Corn Belt”,

como Iowa, Indiana e Missouri. Isso o ajudaria a conter um eventual avanço de Biden em seus redutos. A eleição ocorre daqui a três meses.

Além da torcida escancarada por Trump, o governo Bolsonaro reconhece que, depois de três anos com uma liberalização parcial do mercado por meio das cotas, seria diplomaticamente constrangedor um recuo comercial. Inclusive porque, em troca de mais acesso às compras brasileiras de etanol e de trigo, os americanos ampliaram suas cotas para a importação de açúcar em abril e encerraram o embargo à carne bovina in natura do Brasil em fevereiro. De abril a junho, os embarques brasileiros de açúcar aos EUA triplicaram na comparação com o mesmo intervalo de 2019, para 176 mil toneladas.

Nesse raciocínio, acabar com a cota e deixar uma tarifa de 20% para todo o etanol significaria retroceder na parceria com os Estados Unidos (tema caro ao chanceler Araújo) e na agenda de abertura da economia (desejo de Guedes).

Do outro lado, há a sensibilidade de desagradar um grupo político com boa interlocução no Palácio do Planalto. Não só a bancada do agro, mas parlamentares do Nordeste insistem na TEC de 20%. Um dos Estados produtores na região é Alagoas, do deputado Arthur Lira (PP), novo aliado de Bolsonaro e possível candidato à presidência da Câmara no ano que vem. O governo sabe também que, para se blindar de um processo de impeachment, não pode prescindir de apoio dessas alas no Congresso. Ontem, Paulo Guedes inclusive recebeu vários representantes de entidades dos usineiros nordestinos, que por sua vez aproveitaram para reforçar o pleito de encerrar com a cota para o etanol importado com a tarifa de 20%.

No ano passado, chegou a ser aprovado regime de urgência para a tramitação de um projeto de decreto legislativo apresentado pelo deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) para revogar a cota de etanol importado sem tarifa. Houve movimentação de usineiros nordestinos, mas o projeto acabou não prosperando depois que a ministra Tereza Cristina atuou para distribuir a entrada de etanol importado por fases da safra de cana-de-açúcar, de tal modo a não prejudicar tanto as usinas da região. Somente agora o assunto voltou à agenda.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/07/2020

Seção: Política

Autor: Marcelo Ribeiro, Raphael Di Cunto e Daniel Rittner — De Brasília

Título: Câmara aprova requerimento de urgência para marco do gás

A Câmara dos Deputados aprovou ontem duas medidas provisórias (MPs) que estavam próximas de perderem a validade: a que dispensou empresas de turismo e de cultura de reembolsarem clientes por cancelamento ou adiamento de serviços em função da pandemia da covid-19 e a que cria uma linha de crédito para pagamento de salários.

Os parlamentares também aprovaram, por 323 votos a 113, requerimento de urgência para acelerar a tramitação do projeto sobre o novo marco legal para mercado de gás natural. O texto é considerado uma das prioridades do governo para a retomada da economia após a pandemia. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), falou em votar o projeto em duas semanas.

Os deputados ainda tentavam votar mudanças na legislação dos trabalhadores de portos e prorrogar a isenção da tarifa social na conta de luz, mas as votações ainda não tinham acabado até o fechamento desta edição - e a oposição era contra aprovar as mudanças nos portos e tentava derrubar essa MP. A sessão de ontem era a única prevista para a semana, mas, por causa da obstrução, havia possibilidade de outra sessão ocorrer hoje.

Ao longo do dia, os deputados fecharam acordo para que a MP 948, com as regras para remarcação e cancelamento de eventos de cultura e reservas turísticas, fosse votada sem mudanças na legislação sobre a arrecadação de direitos autorais. O relator Felipe Carreras (PSB-PE) chegou a sugerir alterações na forma de pagamento desses direitos, mas o tema ficará para um projeto de lei.

Além da opção de remarcar os serviços, a MP prevê que as empresas poderão oferecer ao cliente um crédito para que ele faça o abatimento ou compre outros serviços ofertados pelas mesmas companhias. Se o prestador de serviço informar estar impossibilitado de oferecer o crédito ou a remarcação, o consumidor terá direito ao reembolso. O texto ainda passará pelo Senado.

Já a linha de crédito para pagar salários e ações trabalhistas, criada pela MP 944, seguiu para sanção presidencial. O programa fracassou e liberou só 10% dos R\$ 40 bilhões em empréstimos previstos inicialmente, por isso foi reformulado pelo relator, o deputado Zé Vitor (PL-MG), junto com o governo. Os deputados rejeitaram ontem emenda do Senado que mantinha em R\$ 10 milhões o faturamento para recorrer a essa linha de crédito e elevaram para R\$ 50 milhões.

Além disso, os deputados retiraram a exigência de a empresa ter toda a folha de pagamentos bancarizada, ou seja, as empresas precisarão apenas se comprometer a efetuar o pagamento do salário de seus funcionários por meio

de transferência bancária, e também permitiram o uso para pagar ações trabalhistas de até R\$ 15 mil ou quatro meses de salários de seus empregados.

Os parlamentares acertaram ainda redirecionar parte dos R\$ 40 bilhões para o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), que tinha previsão inicial de emprestar R\$ 16 bilhões e já gastou todos os recursos. Para fortalecer o programa, haverá a transferência de R\$ 12 bilhões da linha de salários para o Pronampe.

Até o fechamento desta edição, os deputados também tentavam votar a MP 945, que muda a legislação dos trabalhadores portuários, mas a oposição era contra e obstruía a sessão. Antes mesmo da votação, o relator, o deputado Felipe Francischini (PSL-PR), desistiu de incluir no parecer a prorrogação do Reporto, um regime tributário especial que isenta de IPI, PIS/Cofins e Imposto de Importação os investimentos das concessionárias de ferrovias e operadoras de terminais portuários.

Segundo Francischini, o Ministério da Infraestrutura defendia a prorrogação por causa do impacto nos atuais contratos e futuras concessões, mas o da Economia foi contra - a desoneração é estimada em R\$ 7 bilhões em cinco anos. “Mas sou da tese de acharmos uma solução. Será muito preocupante no final do ano do ponto de vista dos contratos atuais”, afirmou. O regime acabará em 31 de dezembro e as empresas tentam incluir a emenda em outra MP. “Todas as licitações de arrendamentos feitas pelo governo já incluem o Reporto na modelagem econômico-financeira”, afirma o presidente da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP), Jesualdo Silva.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/07/2020

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes — Do Rio

Título: Depois de dois anos, Vale retoma pagamento de dividendos

Depois de dois anos sem pagar dividendos, a Vale anunciou ontem a retomada da política de remuneração aos investidores da companhia. “Submetemos a decisão ao conselho de administração que entendeu que era chegada a hora de retomar a política”, disse ao **Valor** Eduardo Bartolomeo, presidente da mineradora. O primeiro pagamento, referente ao desempenho da empresa no primeiro semestre, vai ocorrer em setembro, mas antes, em agosto, haverá desembolso de Juros sobre Capital Próprio (JCP) referente a 2019.

O anúncio do dividendo, aguardado há meses pelo mercado, se deu no dia em que a empresa divulgou os resultados operacionais do segundo trimestre do

ano. De abril a junho, a Vale registrou receita de R\$ 40,4 bilhões, aumento de 12,2% sobre igual período de 2019; lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) de R\$ 18,1 bilhões, alta de 48%, e lucro líquido de R\$ 5,28 bilhões. No segundo trimestre do ano passado, a companhia havia registrado prejuízo de R\$ 384 milhões como resultado dos efeitos do rompimento da barragem de Brumadinho, em 25 de janeiro de 2019.

A política de dividendos será retomada nas mesmas bases pré-Brumadinho. Significa que a empresa paga duas vezes por ano (março e setembro) considerando o seguinte cálculo: 30% do Ebitda menos o investimento em manutenção. Este mês o Goldman Sachs estimou que a Vale poderá pagar US\$ 3,8 bilhões em dividendos este ano. Bartolomeo não falou em números.

Ele se disse “satisfeito” com o resultado do segundo trimestre, e salientou: “Estou muito confiante que o resultado do segundo semestre vai ser muito bom.” Desde março, quando a pandemia começou a ganhar força no Brasil, a Vale passou a trabalhar de forma remota nas áreas em que foi possível adotar o “home office”, e se ajustou e replanejou as operações de campo.

Houve impacto negativo na produção de minério de ferro, o principal produto da companhia, em abril, uma vez que Itabira, um dos principais complexos mineradores da empresa - e berço da Vale em Minas Gerais - ficou parada por 12 dias como resultado dos efeitos da covid-19. Esse impacto, contudo, vem sendo absorvido. Mesmo diante dos desafios do coronavírus, a Vale garantiu que vai manter a meta de produção de minério de ferro, com tendência a atingir o “pisso” de 310 milhões de toneladas em 2020.

“Preparamos a base para um segundo semestre forte”, disse o executivo. O mercado considera que para cumprir a meta de produção, a Vale terá que entregar volumes consistentes até o fim do ano. Bartolomeo quantificou o esforço: a empresa terá que produzir cerca de um milhão de toneladas de minério de ferro por dia. Mas garante que a companhia está preparada. Disse que a Vale tem capacidade de produzir 230 milhões de toneladas anuais de minério de ferro no sistema Norte (Pará), o equivalente a cerca de 75% dos 310 milhões de toneladas previstos para serem atingidos este ano.

Foi em Carajás, no sudeste do Pará, que a covid-19 chegou primeiro nas operações da Vale, o que colocou a empresa frente ao desafio do absenteísmo (ausência de trabalhadores). Mas Bartolomeo afirmou que a Vale tem seguido um protocolo de “testar, rastrear e tratar” os empregados. Em Itabira (MG), onde chegou haver paralisação de atividades, a Vale fez acordo com as autoridades, replicando medidas de segurança para outras operações no Estado. Bartolomeo disse que, apesar de estar isolado, tem visitado operações: “Fui ao TIG [Terminal Ilha de Guaíba, no Rio], a Carajás, Brucutu e Itabira. Estou

em ‘home office’, mas vou às operações onde me sinto muito seguro. Protegemos a população desses locais quando testamos a nossa massa de trabalhadores que não é pequena. Foi o que aconteceu em Parauapebas [PA], onde fizemos prevalência para a cidade inteira.”

O presidente da Vale reforçou uma mensagem que vem repetindo aos investidores, segundo a qual o objetivo da administração e do conselho é reduzir o risco da companhia. Esse trabalho se apoia em quatro frentes que priorizam a reparação de Brumadinho, a saúde e a segurança, incluindo empregados, barragens e comunidades; a estabilidade dos negócios e a disciplina na alocação de capital.

Uma das formas de alocar capital é via pagamento de dividendos. “O dividendo significa que temos confiança no nosso negócio, que temos robustez financeira para honrar compromissos, sendo que o principal deles é Brumadinho, mas há outros. É confiança da administração que podemos seguir em frente, mas sempre atentos aos compromissos sejam eles Brumadinho, ou o Refis [programa de parcelamento de dívidas com a União]. É uma continuidade do processo sustentado de redução de risco da companhia”, afirmou. E completou: “Vamos melhorar a percepção de risco da companhia.”

Toda essa discussão tem como pano de fundo o fato de os investidores atribuírem um “desconto” à Vale em relação às mineradoras australianas, as principais concorrentes da companhia brasileira no mercado internacional de minério de ferro. Daniel Sasson, analista de mineração e siderurgia do Itaú BBA, diz que a Vale negocia com um desconto de cerca de 30% em relação aos pares australianos, como BHP, Rio Tinto e FMG. O cálculo é feito tomando por base uma métrica que compara o valor da empresa pela sua capitalização de mercado com o Ebitda.

Esse desconto, disse Sasson, vinha sendo reduzido em 2018 porque a empresa havia melhorado práticas de governança corporativa, como a migração para o Novo Mercado da B3, e também por “prêmios” recebidos por minério de ferro de melhor qualidade pelo qual as siderúrgicas estavam dispostas a pagar. “No entanto, desde o rompimento da barragem de Brumadinho, vimos esse desconto voltar a abrir [aumentar], por incertezas relacionadas ao ‘timing’ da volta das operações, ao potencial impacto financeiro das reparações de Brumadinho, que ainda não estão 100% definidos, e ao maior foco dos investidores às questões de ESG [temas ambientais, sociais e de governança]”, disse Sasson. A interrupção dos dividendos também pesou.

Bartolomeo disse que a reparação de Brumadinho está “bem encaminhada” e que as políticas de ESG são uma prioridade para a Vale.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 30/07/2020****Seção: Empresas****Autor: Letícia Fucuchima — De São Paulo****Título: AES Corp planeja acelerar crescimento no Brasil**

A decisão de aumentar a participação na AES Tietê demonstra a confiança da AES Corporation no Brasil, um mercado que ainda é pouco representativo nos números do grupo americano, mas que tem grande potencial de crescimento nos próximos anos, segundo Julian Nebreda, presidente da unidade de negócios da AES para a América do Sul.

“Somos um investidor global, temos oportunidade de colocar dinheiro em qualquer mercado dependendo da necessidade. Para nós, o Brasil é muito importante”, destacou o executivo, que também é presidente do conselho de administração da Tietê e já esteve à frente da companhia, tendo deixado o cargo em 2018.

A AES assinou ontem o contrato de aquisição de uma fatia do BNDESPar na Tietê. Com a transação, a americana passa a deter, por meio de suas controladas, 42,9% do capital social da geradora de energia renovável, enquanto o banco ficou com cerca de 9% da companhia em mãos. A oferta dos controladores da Tietê ao BNDES envolveu um desembolso de R\$ 1,27 bilhão e representou uma derrota à concorrente Eneva, que desde março tentava emplacar uma proposta de incorporação da Tietê.

De acordo com Nebreda, agora a AES pretende acelerar a expansão da Tietê. “Nos últimos três anos, crescemos 1 gigawatt (GW), queremos que [o ritmo] seja maior que isso”, afirmou.

A geradora tem hoje um parque operacional de 3,4 GW, distribuído em ativos hídricos, eólicos e solares. A principal aposta para o futuro está nos projetos eólicos - um deles, o Complexo Tucano, na Bahia, já está em fase de desenvolvimento e tem contratos de fornecimento assinados com grandes consumidores, como Anglo American e Unipar Carbocloro. A companhia também já tem engatilhado um acordo de compra de um parque eólico “greenfield” no Rio Grande do Norte, que adicionou mais 1,1 GW de capacidade instalada à sua carteira de projetos.

O executivo da AES Corp afirma que o Brasil responde por cerca de 3% do grupo AES, que atua em mais de dez países. Porém, ele ressalta que o mercado brasileiro é “mais forte do que o peso que tem”. Em sua avaliação, o modelo de negócios desenvolvido pela Tietê, voltado à geração de energia a partir de

fontes renováveis, com tecnologia e foco no cliente, representa o futuro do setor elétrico. “O caminho é que toda a AES se pareça com a Tietê”, diz.

Os americanos apostam ainda que outra frente de criação de valor aos acionistas da Tietê será a migração da empresa para o Novo Mercado, nível de mais alta governança da B3. A intenção é que o processo seja realizado em até seis meses. “Da sigla ESG (termo em inglês para questões ambientais, sociais e de governança corporativa), já fizemos um bom trabalho no ‘ambiental’ e ‘social’, o tema da governança estamos melhorando agora”, afirma.

Em relação a outros ativos do grupo no Brasil, Nebreda afirma que a AES Corp está buscando uma solução para a termelétrica Uruguaiana. A usina, localizada na fronteira do Rio Grande do Sul com a Argentina, está parada há anos por questões de fornecimento de combustível para geração de energia.

O executivo reconhece que a termelétrica não é compatível com o restante do portfólio do grupo no Brasil e tampouco com o processo de descarbonização das operações globais da AES, que quer reduzir a geração a carvão para menos de 30% até o fim de 2020 e para abaixo de 10% até 2030. Porém, até o momento, não há decisão sobre o futuro de Uruguaiana, detida pelo grupo junto com o BNDESPar através da Brasileira Participações. “Estamos avaliando, em breve devemos anunciar o que pretendemos fazer.”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/07/2020

Seção: Empresas

Autor: Letícia Fucuchima — De São Paulo

Título: Mercado solar desacelera, mas cresce no semestre

O mercado de geração de energia solar fotovoltaica manteve a tendência de crescimento no primeiro semestre deste ano, mas sofreu com a pandemia e a pressão de custos por causa da disparada do dólar - mais de 90% dos equipamentos para geração solar vêm de fora do país. É o que mostra um estudo da consultoria Greener, antecipado ao **Valor**.

Segundo a pesquisa, o volume de importação de módulos fotovoltaicos - termômetro da demanda do mercado - atingiu 2,49 gigawatts (GW) entre janeiro e junho, aumento de 93% frente à primeira metade de 2019. Mas, na comparação trimestral, houve recuo de 40% entre o primeiro e o segundo trimestre.

“O setor começou o ano muito acelerado, mas no segundo trimestre vimos uma redução importante do volume de importações. Os números seriam certamente muito maiores sem a pandemia”, afirma Marcio Takata, diretor da Greener.

Os dados se referem a compras direcionadas tanto a usinas de grande porte (“geração centralizada”), quanto às de geração distribuída, construídas junto ou próximos ao centro de carga. Entre os dois segmentos, a geração distribuída foi o que sentiu maior impacto da crise. “Em geração centralizada, a covid-19 não foi um fator determinante para frear os projetos”, afirma Takata, acrescentando que os consumidores do mercado livre de energia têm alavancado a demanda por novos empreendimentos solares.

O estudo da Greener explorou principalmente a evolução da geração distribuída no semestre. Constatou-se que, apesar da forte pressão cambial, os preços do sistemas fotovoltaicos ficaram praticamente estáveis no período. Ao que tudo indica, as empresas das cadeias de distribuição e de integração estão absorvendo a alta dos custos, diminuindo suas margens, aponta o diretor da consultoria.

Apesar da preocupação, as empresas se mostraram otimistas com a recuperação das vendas após o fim da pandemia: entre os entrevistados, quase 90% afirmou estar “confiante” e “muito confiante” com a retomada.

Em relação ao perfil dos proprietários de sistemas fotovoltaicos, o estudo observou que um público cada vez mais jovem tem investido nesse tipo de geração. Em 2017, 22% das pessoas físicas donas de sistemas fotovoltaicos possuíam menos de 50 anos - essa fatia subiu para 55% neste ano.

Em paralelo, pessoas com renda intermediária também estão investindo mais em sistemas próprios de geração, atraídas pelos benefícios econômicos e pelo apelo ambiental, diz Takata. Em sua avaliação, esses movimentos refletem a queda dos preços dos equipamentos, a maior oferta de serviços e também o aumento de opções de financiamento.

No primeiro semestre, foram conectados à rede 907 MW em sistemas de geração distribuída, o que corresponde a 30% do total conectado nos últimos anos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/07/2020

Seção: Empresas

Autor: Daniel Rittner — De Brasília

Título: TCU aprova concessões da Vale até 2057

O Tribunal de Contas da União (TCU) deu aval, ontem, à renovação antecipada das concessões de ferrovias da Vale. O órgão de controle fez determinações e recomendações à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), mas sem impor obstáculos à prorrogação contratual da Estrada de Ferro Carajás (EFC) e

da Estrada de Ferro Vitória-Minas (EFVM) até 2057, como quer o Ministério da Infraestrutura.

Alegando que não estava comprovada a “vantajosidade” da medida para a União, a área técnica do tribunal havia se pronunciado contra a extensão contratual por 30 anos. O relator do processo no TCU, Bruno Dantas, contrariou esse parecer e sua posição foi respaldada pelos colegas em sessão plenária da corte.

Em contrapartida, a Vale terá que construir 383 quilômetros da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (Fico) - entre os municípios de Mara Rosa (GO) e Água Boa (GO) - e uma nova linha de Cariacica a Anchieta (ES).

Também vai comprar trilhos para a conclusão das obras da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol), no trecho entre os municípios baianos de Caetité e Barreiras, e da Transnordestina, que está sendo construída desde 2010.

Foi a primeira vez que o TCU analisou um processo de renovação antecipada das concessões de ferrovias com o mecanismo de investimentos cruzados, conforme prevê a Lei 13.448 de 2017, pela qual a empresa pode ser obrigada a construir malhas ferroviárias em outras localidades.

A empresa não se torna dona dos novos trechos ferroviários. Uma vez terminadas as obras, a União poderá concedê-las em um leilão. A lógica do modelo é levantar recursos em outorga e, assim, dar continuidade ao ciclo de investimentos com outras linhas.

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, comemorou a decisão. “É a consolidação de uma solução inovadora de fazer ferrovia no Brasil sem a utilização de recursos públicos. O investimento cruzado, utilizando outorgas de concessões ferroviárias, é uma das principais estratégias do governo federal para dobrar a participação desse modo na matriz de transportes nacional. Estamos mostrando que a restrição orçamentária não será um impeditivo para desenvolvermos a infraestrutura do país”, disse Tarcísio, por meio de nota.

De acordo com o ministério, os novos contratos preveem investimentos de R\$ 8,5 bilhões na própria EFVM e de R\$ 9,8 bilhões na EFC. Também está calculada a destinação de R\$ 2,73 bilhões à Fico, mas o risco de engenharia é 100% da Vale. Ou seja, se o orçamento estourar, é a mineradora quem terá arcar com o valor adicional.

O governo do Pará se opôs a essa equação e uma advogada do Estado chegou a fazer sustentação oral, no plenário virtual do TCU, contra o modelo de investimentos. Segundo ela, o Pará acaba colaborando para ampliar o sistema

ferroviário às custas do próprio desenvolvimento de sua logística e o modelo proposto acentua a desigualdade regional.

Dantas refutou os argumentos, bem como a análise preliminar da Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária, unidade técnica que se opunha à renovação antecipada do contrato. As concessões originais das duas ferrovias expiram em 2027.

“Estão satisfeitos os requisitos legais para a prorrogação antecipada”, afirmou Dantas, em seu voto. “Impugnar a decisão acerca da vantajosidade significa adentrar no mérito da decisão discricionária do poder concedente, devendo ser ponderados outros aspectos, como as consequências práticas, as dificuldades reais enfrentadas pelo gestor, bem como as exigências das políticas públicas a seu cargo.”

Completo o relator: “Não me parece apropriado ao TCU fazer essa escolha, substituindo o gestor. Lembro que as consequências desta decisão não recaem sobre este órgão de controle, mas sobre os formuladores e executores da política de transporte ferroviário”.

A ANTT ainda precisará fazer alguns ajustes nas minutas de contratos, segundo o TCU, que deverá receber as versões finais antes de sua assinatura. Entre os pontos de mudança, estão questões como uma revisão quinquenal das receitas da concessionária com o transporte de minério de ferro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/07/2020

Seção: Empresas

Autor: Ana Paula Machado — De São Paulo

Título: CSN negocia adiar R\$ 1,1 bi em dívida

Depois de acertar o alongamento de sua dívida com os bancos públicos no valor de R\$ 1,4 bilhão, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) negocia com as instituições privadas o aumento do prazo para pagamento dos seus empréstimos. Segundo o diretor de Relações com Investidores, Marcelo Cunha Ribeiro, em dois meses a CSN deverá anunciar a conclusão das negociações e a expectativa é que mais R\$ 1,1 bilhão seja alongado.

“Em breve vamos publicar o endereçamento completo dessas amortizações para reduzir as pressões na liquidez. A meta é estender grande parte das amortizações esperadas para 2021 já no segundo semestre”, disse o executivo.

A CSN já havia anunciado que conseguiu um acordo com os bancos públicos para alongar a dívida que deveria ser paga no próximo ano. A companhia

conseguiu postergar o pagamento de R\$ 1,4 bilhão. No fim do segundo trimestre deste ano, a CSN tinha dívida líquida de R\$ 33,12 bilhões e a meta é fechar este ano com alavancagem de 3,75 vezes.

“Continuamos perseguindo a meta de uma alavancagem de 3 vezes. Não abandonamos o objetivo de ter uma dívida líquida abaixo de R\$ 23 bilhões. Isso vai exigir alguns eventos, como a venda de ativos ou abertura de capital de algumas subsidiárias.”

Segundo ele, os projetos como a venda da subsidiária na Alemanha, a SWT, e o IPO da CSN Mineração estão em análise.

“A venda da mineração é favorável do ponto de vista do mercado de capital e do preço do minério. Estamos no momento de análise. Já a da SWT, na Alemanha, ainda é possível. Paramos por causa da pandemia. Temos avançado em cada um desses projetos e é no campo do possível, não no campo remoto”, disse Ribeiro.

O executivo disse ainda que com a venda de minério de teor menor, inclusive comprando de terceiros, a CSN deverá comercializar de 33 milhões a 36 milhões de toneladas. “A mineração deu um salto importante em relação ao primeiro trimestre, conseguimos recuperar de maneira mais rápida com a oportunidade de venda de minério de teor mais baixo. Houve um impacto positivo na rentabilidade e por isso, conseguimos o segundo melhor Ebitda da história da área de mineração”, afirmou.

Quanto ao próximo ano, o executivo ressaltou que os volumes vendidos deverão chegar aos níveis de 2019. “Essa é a nossa expectativa por agora e esses volumes devem permanecer até a entrada do projeto Itabirito, que deve aumentar 10 milhões toneladas. Depois mais 15 milhões de toneladas a partir de 2023.” O projeto Itabirito vai demandar investimentos de US\$ 500 milhões e conseguiu em maio licença prévia de instalação.

Em siderurgia, a CSN anunciou um novo aumento de preços a partir do dia 1º de setembro. Segundo o diretor executivo da companhia, Luis Fernando Martinez, os reajustes serão de 10% a 12,5% para a distribuição. A companhia já implementou um aumento de 10% em julho, mas, conforme Martinez, os preços internacionais em alta e a escalada do dólar no período fizeram a diferença entre o preço da tonelada importada e o comercializado no Brasil ser de 8% a 13%.

Segundo o executivo, a oferta mensal de aço no mercado brasileiro já está entre 750 mil toneladas a 800 mil toneladas com a retomada da operação de algumas usinas. Além disso, a demanda está voltando. Martinez acrescentou que as

vendas internas foram 29% menores que o mesmo período do ano passado. A expectativa era de uma queda em torno de 40%. Para o ano, o executivo estima que o recuo será de 15%.

“Em aço planos, o consumo aparente será da ordem de 10% a 12% menor que em 2019. Em longos, será estável. Se quebrarmos um pouco, o consumo na indústria deverá cair de 4% a 6%, na distribuição outros 5% a 6% e a construção civil verá uma estabilidade. O único setor que puxa a demanda para baixo é o automotivo.”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/07/2020

Seção: Opinião

Autor: Ronaldo Motta

Título: Falta verde na reforma tributária

A transição para uma economia verde, circular e de baixo carbono se faz estimulando os setores e as tecnologias limpas e o consumo sustentável. Esse estímulo se faz de duas formas. Uma é oferecendo subsídios para diminuir o custo ou o preço dos bens e serviços limpos em relação aos seus similares com maior impacto ambiental. A outra, ao contrário, aumenta o custo ou o preço dos bens e serviços sujos para que os similares limpos sejam economicamente mais atraentes.

Nos dois casos, os custos ou os preços relativos dos bens e serviços ecologicamente corretos ficam mais favoráveis para que a economia cresça protegendo a biodiversidade, a qualidade do ar e das águas e a saúde das pessoas. Para isso, o sistema tributário precisa dispor de mecanismos que permitam a variação dos tributos e da sua arrecadação para esses fins.

A reforma tributária pode criar um poderoso incentivo para alinhar uma trajetória de economia limpa com o potencial de arrecadação fiscal ao incluir um critério ambiental na distribuição da arrecadação

O sistema atual, até pela sua complexidade, cria barreiras para essa finalidade. Mas, as alterações constitucionais de reforma tributária que hoje circulam no Congresso Nacional - PEC 110 e PEC 45 - criam oportunidades. Essas propostas visam um sistema mais simples, transparente e mais justo. Elas propõem a extinção de uma série de tributos com a criação de um imposto sobre bens e serviços de valor agregado. No entanto, criam também um outro imposto seletivo sobre alguns bens e serviços com finalidade extra-fiscal, destinado a desestimular o consumo de determinados bens, serviços ou direitos.

Esse imposto seletivo pode ser um instrumento tributário eficiente para uma economia ambientalmente sustentável quando, como em outros países, são aplicados também sobre produtos de impactos socioambientais negativos. Na PEC 110, o texto especifica e limita os bens e serviços geradores desse imposto seletivo e, entre esses, alguns de maior impacto ambiental, como o petróleo e seus derivados, combustíveis e lubrificantes, a energia elétrica e os veículos automotores. Já a PEC 45 deixa a especificidade em aberto para a legislação ordinária.

Entretanto, o importante seria incluir nos textos, para evitar barreiras jurídicas à frente, uma finalidade ambiental para que esse imposto permitisse diferenciar as alíquotas por atributos ambientais como as emissões de poluentes, o uso de matéria-prima de florestas nativas, o nível de reciclagem, etc. A ampliação da base de incidência do Imposto sobre Propriedade de Veículo Automotor é também proposta e, nesse caso, seria igualmente importante que parte da sua incidência seja da mesma forma relacionada com a eficiência do uso de combustíveis e suas emissões dos motores, inclusive para a promoção de veículos elétricos no país. Somente variando as alíquotas desses novos impostos pelo seu impacto ambiental que a produção e o consumo sustentável seriam incentivados.

Inserções também são necessárias na concessão de benefícios fiscais. Como falamos, subsídios são também importantes para fomentar particularmente a inovação tecnológica, ou de forma temporária para dar escala a uma produção alternativa em um mercado competitivo dominado por uma tecnologia dominante. Foi assim que as energias de biomassa, eólicas e solar conseguiram se tornar cada vez mais competitivas que a geração térmica com combustíveis fósseis. A PEC 110 permite a concessão desses benefícios para determinados setores, mas, entre esses, somente as operações de transporte público coletivo e saneamento básico teriam maior repercussão ambiental. A PEC 45 é ainda mais restritiva, não permitindo a concessão de qualquer benefício fiscal.

Os textos de ambas poderiam ser flexibilizados e criar um espaço para que benefícios específicos sejam concedidos para uma finalidade ambiental e que, pelo caráter temporário e dinâmico desses benefícios, leis complementares façam essa focalização.

Alterações dos preços e custos relativos favoráveis ao meio ambiente precisam considerar questões de equidade e, para tal, essas emendas já consideram a possibilidade de devolução do imposto recolhido para contribuintes de baixa renda, o que permitirá que a tributação ambiental seja efetivamente realizada pela capacidade de pagamento.

Na proposta da Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços apresentada pelo governo é crucial estender também os benefícios criados de crédito presumido desse novo imposto para os produtos de origem extrativa e os produtos destinados a reciclagem e reúso de forma a estimular a produção agroecológica e a economia circular.

Embora as unidades de conservação criem um mercado pulsante de turismo e bioeconomia, são, muitas vezes, consideradas com uma imobilização do território que prejudica atividades produtivas que geram maior participação nos fundos regionais de distribuição de recursos tributários. O mesmo para os investimentos em coleta e saneamento. A reforma tributária pode criar um poderoso incentivo para alinhar uma trajetória de economia limpa com o potencial de arrecadação fiscal ao incluir um critério ambiental na distribuição da arrecadação. Com base em indicadores ambientais, tais como área de unidades de conservação, cobertura de saneamento, qualidade das águas e outros, municípios e Estados com trajetórias ambientalmente mais sustentáveis seriam mais beneficiados na repartição das receitas fiscais. Esse mecanismo já existe em muitos Estados para a distribuição do tributo atual de ICMS, e agora é a oportunidade de ampliá-lo com um alcance ainda maior.

Por último, é importante esclarecer que essas alterações para ecologizar o sistema tributário não aumentam necessariamente a carga tributária. O objetivo é substituir a produção e o consumo de bens e serviços com impactos ambientalmente indesejáveis e, portanto, na medida em que essa substituição acontece, a incidência da carga tributária se reduz. Nessa transição, a arrecadação adicional dos impostos seletivos ambientais pode ser usada para reduzir outros encargos. Uma opção já muito discutida seria usar essas receitas para desonerar os encargos da previdência social, tanto da contribuição patronal como a do trabalhador, incentivando o emprego e promovendo a equidade. Há algo mais justo e eficiente para um sistema tributário que reduzir a degradação ambiental, aumentar a equidade e gerar empregos?

Ronaldo Seroa da Motta é professor de Economia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 30/07/2020

Seção: Economia

Autor: Denise Luna/ RIO

Título: Vale lucra R\$ 5,3 bi no segundo trimestre

Os preços mais altos do minério de ferro no segundo trimestre e a melhora da demanda chinesa garantiram lucro de R\$ 5,289 bilhões para a Vale de abril a

junho, revertendo o prejuízo registrado no segundo trimestre do ano passado e elevando o ganho em relação ao primeiro trimestre deste ano. O resultado ficou acima das estimativas do mercado, que espera que no segundo semestre a empresa incremente mais a produção, afetada no início de 2020 pelos impactos da pandemia do covid-19. “O momento mais crítico para os mercados globais parece ter sido atingido no segundo trimestre e a demanda é esperada que se recupere lentamente a partir do segundo semestre 2020”, informou a Vale.

No segundo trimestre o preço médio do minério foi de US\$ 93,3 a tonelada, 5% acima do primeiro trimestre, “em um cenário de alto nível de produtividade da siderurgia combinado com a redução dos estoques do minério de ferro nos portos da China. De acordo com a Vale, a produção de aço no gigante asiático foi 1,4% maior no segundo semestre deste ano contra igual período do ano passado. O analista da Mirae Asset Pedro Galdi, destacou ainda que o resultado também foi beneficiado por um preço de frete melhor do que o esperado, com queda de US\$ 3,6 por tonelada, impulsionado principalmente por menores custos do combustível de navio (bunker).

“Para o 3º trimestre, o custo do frete pode subir devido à exposição sazonalmente maior aos preços spot do frete”, previu a empresa. Em comunicado, a empresa informou que vai retomar o pagamento de proventos, sob a forma de juros sobre capital próprio de aproximadamente R\$ 1,41 por ação, conforme deliberado no final do ano passado. O Conselho de Administração da empresa também decidiu restabelecer a Política de Remuneração aos Acionistas, que havia sido suspensa em janeiro de 2019. Com isso, os dividendos do primeiro semestre deste ano serão pagos em setembro. No primeiro semestre, a mineradora acumula R\$ 71,6 bilhões em receita com vendas.

“Após a redução de incertezas relacionado à pandemia, os riscos de uma segunda onda na China mitigados, e a estabilização e declínio dos casos de covid- 19, especialmente nos estados do Norte do Brasil (especialmente Pará), a Vale avalia que o momento mais crítico foi ultrapassado e decidiu retomar suas Política de Remuneração de Acionistas”, disse a Vale em comunicado ao mercado. O “efeito Brumadinho” do segundo semestre significou uma perda de R\$ 693,1 milhões, referente às reparações à tragédia ocorrida na mina Córrego do Feijão da companhia.

No segundo trimestre, a Vale reconheceu US\$ 21 milhões em provisões adicionais devido a doações e negociações em andamento na frente jurídica relativa a Brumadinho. O valor total das provisões foi de US\$ 3,4 bilhões, devido principalmente aos pagamentos feitos durante o ano, no valor de US\$ 645 milhões e ao impacto da desvalorização do real frente ao dólar. A Vale informou ainda, que a dívida líquida em 30 de junho atingiu o nível mais baixo desde o

quarto trimestre de 2008, com redução de US\$ 111 milhões em relação aos US\$ 4,808 bilhões em 31 de março de 2020.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 30/07/2020

Seção: Poder

Autor: Fábio Fabrini

Título: TCU rejeita veto a anúncios em sites indevidos

Em análise de caso da Petrobras, corte considera que estatal corrigiu falhas e que não houve prejuízo com publicações

Brasília- O TCU (Tribunal de Contas da União) rejeitou nesta quarta (29) pedido para que a Petrobras fosse proibida de anunciar em sites, blogs, portais e redes sociais que veiculam conteúdo considerado impróprio, como fake news e pautas antidemocráticas.

A decisão se deu em processo aberto para analisar denúncia de pagamento, pela estatal, de propaganda em páginas que propagam desinformação e ataques ao STF (Supremo Tribunal Federal).

Conforme antecipou a Folha, ao responder a questionamentos da corte de contas, a Petrobras informou ter feito uma revisão de suas campanhas na web nos últimos anos, descobrindo que, por um suposto erro de uma empresa prestadora de serviços, sobre o qual não tinha conhecimento até junho, 1,95 milhão de anúncios foram publicados em sites indevidos, cujo conteúdo pode ser impróprio.

Eles estão fora da lista por ela autorizada e homologada pela Secom (Secretaria de Comunicação Social), atualmente vinculada ao Ministério das Comunicações do governo Jair Bolsonaro.

A relação de páginas nas quais a propaganda pode ser exibida, conhecida como whitelist, é feita previamente e dela são excluídas as de conteúdo considerado inadequado, como sobre sexo, drogas e pirataria, além das de fake news. A associação a elas implicaria dano à imagem da estatal.

Os ministros do TCU entenderam que a denúncia que em-basou a abertura do processo perdeu objeto, pois, entre outros motivos, as medidas adotadas pela estatal são “suficientemente capazes de interromper publicações indevidas e mitigar os riscos inerentes a essas publicações”.

Consideraram ainda que o suposto equívoco não gerou prejuízo aos cofres públicos.

A Petrobras afirmou nos autos que, por falha de uma empresa subcontratada pela Propeg, agência de propaganda responsável por suas campanhas, foram veiculadas “impressões publicitárias” em 736 sites. Porém, a whitelist da estatal tinha apenas 261.

A empresa atribuiu a falha a um analista da empresa Gamned, parceira da Propeg especializada em mídia digital.

Alegou, no entanto, que não pagou pelos quase 2 milhões de anúncios, pois eles não foram apresentados pela prestadora de serviços no relatório que comprova as veiculações e que subsidia as cobranças.

O relator do processo no TCU, ministro Walton Alencar Rodrigues, seguiu o parecer dos auditores da corte para que a publicidade na internet não fosse suspensa.

Em seu voto, acompanhado pelos demais, ele destacou que a companhia informou ter aprimorado sistemas internos de controle, “com vistas a impedir a ocorrência de novos anúncios que não sejam de interesse da Petrobras”.

“Além das ações corretivas nos controles das publicações,

[a estatal] anunciou a adoção de medidas destinadas à responsabilização da agência de publicidade contratada pela companhia”, escreveu.

“Os esclarecimentos prestados estão sendo objeto de análise jurídica, podendo ensejar a abertura de procedimento para aplicação de multa.”

Como mostrou a Folha, um dos sites que receberam propaganda é o do Jornal da Cidade Online, conhecido por espalhar notícias falsas favoráveis a Jair Bolsonaro ao menos desde as eleições de 2018.

Ele é um dos alvos do movimento Sleeping Giants Brasil, lançado em maio, cujo objetivo é demover empresas de anunciarem em espaços de preconceito e desinformação.

Naquele mês, após alerta do Sleeping Giants, o Banco do Brasil informou ter cortado sua publicidade no site. No entanto, voltou atrás após ser criticado pelo vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ), filho de Jair Bolsonaro.

O caso foi parar no TCU, que proibiu a instituição financeira de anunciar em ambientes de fake news.

Em outra decisão, deste mês, o tribunal também determinou que propaganda da Secom não pode ser veiculada em ambientes de internet que promovam atividades ilegais, como o jogo do bicho.

A ordem foi motivada por reportagem da Folha que revelou o investimento publicitário em páginas de conteúdo ilícito, infantis e em russo.

No processo julgado nesta quarta, a Petrobras informou

à corte de contas que 13.038 anúncios foram divulgados no Jornal da Cidade Online em dezembro de 2019, sem seu “conhecimento ou autorização”.

Em nota à Folha, a Petrobras afirmou que, em dezembro de 2019, a Gamned veiculou anúncios fora da lista de sites previamente autorizada sem conhecimento prévio da Propeg e da própria estatal.

Segundo a companhia, o erro foi decorrência de uma “falha operacional de um analista” da equipe da empresa.

A Petrobras sustenta que não teve despesas com a publicidade nos sites indevidos, pois “no relatório de comprovação das veiculações enviado pela Gamned, utilizado para pagamento, foram omitidas as veiculações fora da lista”.

“A Petrobras pagou apenas as 14.967.664 impressões de anúncios previamente contratados e veiculados em ambientes da lista autorizada”, afirmou, acrescentando que o custo foi de R\$ 220,1 mil.

“Vale destacar que é usual no mercado ocorrer excedente de impressões, que são consideradas bonificações pelas redes de conteúdo.”

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 30/07/2020

Seção: Mercado

Autor: Danielle Brant e Nicola Pamplona

Título: Câmara aprova urgência de projeto que cria marco regulatório do gás

Brasília e Rio de Janeiro- A Câmara aprovou nesta quarta (29) a urgência do projeto que estabelece o marco regulatório do gás e redesenha a produção, armazenamento, venda e outras atividades ligadas a esse mercado.

A intenção do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), é colocar o projeto em votação dentro de duas a três semanas, o que, segundo ele, daria tempo suficiente para negociar o texto com a oposição.

O projeto faz parte do programa do Novo Mercado de Gás, do governo federal, que busca quebrar o monopólio da Petrobras no setor.

Segundo cálculos da CNI (Confederação Nacional da Indústria), o novo marco pode trazer investimentos de US\$ 31 bilhões por ano ao Brasil até 2030.

Estudo da consultoria Gas Energy indica que a abertura do mercado pode quadruplicar a produção de gás de cozinha, tornando o país autossuficiente e reduzindo o custo do gás para famílias.

Hoje, a Petrobras é a principal produtora de gás. A exploração, a produção, o escoamento e o transporte são regulados pelo governo e pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis). A distribuição é atribuição dos estados, e a regulamentação cabe a cada ente federativo.

A aprovação de regime de urgência foi comemorada por produtores e grandes consumidores do combustível. Já os opositores dizem que o texto não garante a atração de investimentos e precisa ser mais bem discutido.

O projeto facilita o acesso de terceiros à infraestrutura de escoamento e transporte de gás no país, o que poderia ampliar a competição na oferta do combustível e baixar seu preço, segundo os defensores. Para eles, gás mais barato pode ajudar o Brasil a ampliar seu parque industrial, produzindo bens hoje importados, como produtos químicos e fertilizantes.

“Tem uma série de produtos importados que consomem uma quantidade grande de gás. Se produzidos no Brasil, poderiam triplicar o consumo de gás”, diz o presidente da Abividro (Associação Brasileira da Indústria do Vidro), Lucien Belmonte, citando dados de estudo da CNI. “Mas isso jamais ocorrerá ao preço que a gente está pagando.”

A proposta é defendida por um conjunto de 65 associações industriais, para quem o monopólio da Petrobras no setor impede o desenvolvimento no consumo. Responsável por 75% da produção nacional de gás, a estatal ainda domina as vendas do combustível, chegando a comprar a fatia de suas parceiras em campos produtores para revender ao mercado.

Com acesso à infraestrutura de transporte, dizem os defensores do projeto, essas empresas poderão concorrer com a Petrobras pelos consumidores, gerando um ambiente de competição que levaria a menores preços para o consumidor. A expectativa do governo é reduzir o preço do gás à metade do que é cobrado hoje.

No mundo empresarial, o principal foco de resistência está no segmento de distribuição de gás canalizado, setor que é monopólio estadual. As

distribuidoras alegam que o projeto não traz incentivos ao investimento na expansão da rede de transporte, que hoje abastece principalmente estados do litoral.

A Abegás defende que o governo licite usinas térmicas em pontos onde hoje não há infraestrutura disponível, para que os projetos funcionem como âncoras para viabilizar novos gasodutos. Hoje, os principais projetos térmicos no país estão no litoral. “Com térmica na apenas costa não vai ter universalização. E, sem universalização, não tem ampliação da rede.”

O argumento também é usado pela oposição, que votou contra o regime de urgência na votação desta quarta. Para o deputado Carlos Zarattini, investidores privados não colocarão dinheiro em novos gasodutos sem saber o tamanho do mercado que será abastecido.

VEÍCULO: O Globo

Data: 30/07/2020

Seção: Economia

Autor: BRUNO GÓES E RAMONA ORDONEZ

Título: Câmara acelera tramitação do novo marco regulatório do gás

Governo espera que regras ajudem a atrair investimentos para o país

BRASÍLIA E RIO- A Câmara dos Deputados aprovou ontem um requerimento que acelera a tramitação do projeto do novo marco regulatório para o gás natural. A proposta é uma das principais apostas do governo e do ministro da Economia, Paulo Guedes, para a recuperação da economia depois da pandemia.

Uma das mudanças mais importantes da proposta é a quebra do monopólio da Petrobras no setor. Apesar das resistências ao projeto, um pedido de urgência apresentado pelo partido Novo garantiu a votação de ontem. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, também é favorável às mudanças e espera retomar a votação em agosto.

Segundo o líder do Novo, Paulo Ganime (RJ), a intenção é tentar manter as diretrizes do texto aprovado nas comissões da Casa.

— Estou confiante que a gente vota em agosto — diz.

Com a proposta, Paulo Guedes espera promover o que chamou de “choque de energia barata” para incentivar projetos industriais que usem gás natural. Já os especialistas, dizem que o setor pode ser um dos grandes vetores de desenvolvimento e ajudar na recuperação pós-pandemia, desde que com leis modernizadas.

— Essa nova regulamentação é uma necessidade latente do país e vem sendo discutida desde 2013. Agora está se conseguindo caminhar, dando sinais positivos para o mercado — diz Fernando Montera, especialista em Óleo e Gás da Firjan.

Segundo estudo da Firjan, com as novas regras, só o Estado do Rio poderá receber R\$ 45 bilhões em investimentos no médio e longo prazos.

MONOPÓLIO DOS ESTADOS

Ricardo Martinez, sócio da área de Petróleo e Gás do Vieira Rezende Advogados destaca que a aprovação da lei é fundamental para destravar investimentos, mas é preciso que estados que têm o monopólio da distribuição do gás acompanhem as mudanças na regulamentação.

Além do novo marco regulatório, está em andamento o processo de saída da Petrobras de áreas como distribuição e transporte de gás, por meio da venda de negócios da estatal nessas áreas.

VEÍCULO: O Globo

Data: 30/07/2020

Seção: Economia

Autor: RAMONA ORDONEZ

Título: Petrobras vai pagar para fundo de pensão R\$ 950 milhões

Dinheiro será repassado até o fim de 2021 e encerra disputa de três anos

A Petrobras e a Petros, fundo de pensão dos empregados da companhia, fecharam um acordo pelo qual a estatal pagará R\$ 950 milhões ao fundo, até dezembro de 2021, para encerrar uma disputa que já durava três anos.

A Petros exigia ressarcimento pelas perdas que teve com os investimentos realizados na Sete Brasil, empresa criada em 2010 para viabilizar a construção de sondas para o pré-sal e da qual era cotista. Esses investimentos foram alvo da Operação Greenfiled, que investiga suspeitas de corrupção nos fundos de pensão das estatais.

Em nota, o fundo ressaltou que tem buscado transparência na apuração dos fatos e cooperação com o Ministério Público Federal, que foi informado previamente dos termos do acordo.

“Este acordo integra também uma série de ações que vêm sendo intensificadas em busca da recuperação de recursos investidos em ativos decididos no passado e que são alvo de investigação, reforçando o comprometimento com as

melhores práticas de governança e responsabilidade na administração dos recursos dos participantes”, diz a nota da Petros.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 30/07/2020

Seção: Política

Autor: Simone Kafruni

Título: TCU arquiva denúncia contra Petrobras

O Tribunal de Contas da União (TCU) arquivou, ontem, a denúncia contra a Petrobras por anúncios da estatal veiculados em sites e canais do YouTube que divulgam notícias falsas e ataques ao Supremo Tribunal Federal (STF). Isso porque a estatal admitiu que as propagandas foram decorrentes de um “erro” de uma empresa contratada. A decisão pelo arquivamento, no entanto, não impede a eventual realização de auditoria para verificar os contratos de publicidade da empresa.

Segundo o voto do relator, ministro Walton Alencar Rodrigues, a Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e Gás Natural (SeinfraPet) identificou a ocorrência de impressões publicitárias em 736 sites, quando a lista autorizada pela estatal (whitelist) indicava apenas 261. Tal discrepância teria ocasionado 19.149 impressões, em dezembro de 2019, em canais antidemocráticos e de fake news do YouTube.

A empresa Gamned do Brasil Serviços de Informática Ltda. assumiu a responsabilidade exclusiva pela ocorrência, decorrente de erro operacional de um de seus funcionários. “Considerando os riscos advindos de impressões publicitárias em sítios que não sejam aderentes aos valores, visão e princípios da empresa, acolhendo proposição da unidade técnica, determinei a oitiva prévia da presidência da Petrobras para que se manifestasse sobre os fatos”, explicou o relator.

Em resposta ao pedido da Corte, a SeinfraPet afirmou que as medidas adotadas pela estatal são “suficientemente capazes de interromper publicações indevidas e mitigar os riscos inerentes a essas publicações”. Segundo o relator, a empresa informou que excluiu de sua lista “os canais mencionados na reportagem jornalística e os constantes do inquérito do STF, bem como suspendeu a publicidade na plataforma de YouTube, pois não possibilita o adequado controle dos canais que recebem publicações”.

A empresa também esclareceu que aprimorou os sistemas internos de controle, para impedir que novos anúncios sejam veiculados, e adotou medidas destinadas à responsabilização da agência de publicidade contratada pela

companhia, Propeg Comunicação S.A., que subcontratou os serviços da Gamed. “Os esclarecimentos prestados pela empresa estão sendo objeto de análise jurídica, podendo ensejar a abertura de procedimento para aplicação de multa”, diz o voto.

A estimativa da Petrobras é que, com os 19.149 anúncios considerados “indesejados”, o conjunto dos canais tenha recebido pelos anúncios R\$ 804,24. Procurada pelo Correio, a estatal não respondeu até o fechamento desta edição.

R\$ 4,6 mi por ouro e diamantes de Cabral

Diamantes e barras de ouro que pertenciam ao ex-governador do Rio de Janeiro Sergio Cabral foram leiloados, ontem, por R\$ 4,6 milhões. As 20 peças que foram colocadas à venda estavam avaliadas inicialmente em R\$ 3 milhões. O pregão virtual foi realizado ao longo do dia. Foram leiloados 15 diamantes e cinco lingotes de ouro de 24 quilates. Os lances iniciais variavam de R\$ 52,6 mil a R\$ 246,5 mil. Segundo a De Paula Leilões, o valor mínimo pedido pelas peças representava 80% do valor de avaliação, mas todas elas foram vendidas com ágio. O leilão foi autorizado pela Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (Senad), e o montante arrecadado será destinado ao Ministério da Justiça e ao Fundo Antidrogas. Cabral está preso desde novembro de 2016 e foi sentenciado a mais de 280 anos de prisão pela Justiça Federal por crimes investigados pela Lava-Jato.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 30/07/2020

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Urgência para lei do gás

O primeiro passo para abertura do mercado de gás natural foi dado, ontem, pela Câmara dos Deputados, que aprovou, por 323 votos a favor e 113 contra, o pedido de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 6.407/2013, que trata da nova Lei do Gás. Com isso, a proposta terá prioridade nas votações da Casa, e a expectativa é de que o texto seja apreciado nas próximas duas semanas.

Para especialistas, no entanto, o caminho das negociações será longo. Agentes do setor consideram o texto insuficiente para ampliar a oferta e a demanda pelo insumo energético. O governo calcula que a nova lei poderá destravar investimentos de R\$ 43 bilhões.

Para Marcelo Mendonça, diretor de Estratégia e Mercado da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás), o regime de urgência mostra a importância que o setor de gás natural tem para o processo de recuperação de economia. “A estratégia do Rodrigo Maia (presidente da Câmara), vai abrir espaço para que o PL seja debatido. Isso é importante porque o texto atual agrega muito pouco em relação às ferramentas que já estão estabelecidas”, afirmou.

Segundo ele, não existe novo mercado sem gás novo no mercado. “Quando se discutiu o marco do saneamento, criaram-se metas de universalização do serviço. O PL do gás não traz isso, metas de abertura e de diversificação da oferta”, criticou.

Mendonça ressaltou que as barreiras que impedem a comercialização persistem. “É preciso incentivar a interiorização do gás, desenvolver novos mercados, como o uso no transporte pesado, para reduzir a dependência do diesel, viabilizar o escoamento e o transporte da molécula e criar uma obrigatoriedade para que o produtor tenha que levar o gás ao mercado, sem vender o produto para Petrobras”, enumerou. O projeto não trata de nada disso.

Para Patrícia Agra, especialista em regulação do escritório L.O. Baptista, o desafio é enorme. “Há muitas frentes para atacar: a infraestrutura, a questão portuária, a regulamentação técnica. A lei cria um novo regulador, nos moldes do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), tenta desvincular cadeias da etapa, mas não ataca tudo, é uma lei intermediária”, avaliou.

CAPAS DE JORNAIS

Toffoli e Maia defendem 'quarentena eleitoral' para juízes, promotores, militares e policiais. A18

Vareja de moda, Grupo Soma capta R\$ 1,8 bi em IPO e vai às compras. C1

Na 'Live do Valor', Nacério Meneses sugere dobrar recursos do Bolsa Família com mudanças no IRLA.4

ECONÔMICO

Valor

20

30 JUL 2020

Destaque

Comércio eletrônico, E-commerce disparou

A pandemia acelerou o crescimento do comércio eletrônico, que passou a representar mais de 10% do faturamento das empresas varejistas. O setor deve continuar a crescer, mesmo com o retorno da atividade econômica. A18

Vareja de moda, Grupo Soma capta R\$ 1,8 bi em IPO e vai às compras. C1

O grupo Soma, especializado em roupas de moda, realizou uma oferta pública de subscrição (IPO) no mercado de capitais, captando R\$ 1,8 bilhão. A empresa planeja usar o dinheiro para expandir sua rede de lojas e adquirir novas marcas. C1

Empresas tiveram perdas recordes no 2º trimestre

As empresas brasileiras tiveram perdas recordes no segundo trimestre de 2020, devido ao impacto da pandemia de COVID-19. O lucro líquido consolidado das empresas listadas na B3 caiu 100% em relação ao mesmo período de 2019. A18

Vale decide voltar a pagar dividendos

A Vale anunciou que vai voltar a pagar dividendos aos acionistas, após ter interrompido o pagamento em 2019 devido à queda no preço das ações. A empresa planeja pagar dividendos de R\$ 1,5 bilhão em 2020. A18

Fim da cota para o etanol cria impasse

A extinção da cota para o etanol, prevista para 2021, criou um impasse entre os produtores e os distribuidores. Os produtores querem manter a cota para garantir a rentabilidade, enquanto os distribuidores querem a extinção para aumentar a concorrência. A18

Femsa negocia a compra das farmácias DPSP

A Femsa, controlada pelo Grupo Soma, está negociando a compra das farmácias DPSP, uma das maiores redes de farmácias do Brasil. A operação pode gerar uma nova rodada de fusões e aquisições no setor. A18

Teles se armam na disputa pela fibra óptica

As empresas de telecomunicações estão se preparando para uma disputa acirrada pela fibra óptica, um recurso essencial para a expansão da internet e dos serviços de streaming. A18

Investimento de 2021 será o menor da série

O investimento em infraestrutura no Brasil em 2021 será o menor da série, devido à queda no orçamento e ao impacto da pandemia. A18

Indicadores

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): 0,751
Índice de Corrupção Percebida (ICP): 38
Índice de Liberdade Econômica (ILE): 45,5
Índice de Competitividade Global (ICG): 70,5
Índice de Inovação (I): 34,5
Índice de Sustentabilidade (IS): 55,5
Índice de Qualidade de Vida (IQV): 75,5
Índice de Satisfação com a Vida (ISV): 65,5
Índice de Bem-Estar (IB): 70,5
Índice de Felicidade (IF): 65,5
Índice de Prosperidade (IP): 70,5
Índice de Paz (IPZ): 70,5
Índice de Segurança (ISG): 70,5
Índice de Saúde (ISD): 70,5
Índice de Educação (ISE): 70,5
Índice de Meio Ambiente (IME): 70,5
Índice de Cultura (ISC): 70,5
Índice de Esportes (ISE): 70,5
Índice de Lazer (ISL): 70,5
Índice de Turismo (IST): 70,5
Índice de Transportes (ISTP): 70,5
Índice de Infraestrutura (ISI): 70,5
Índice de Tecnologia (IT): 70,5
Índice de Inovação (I): 34,5
Índice de Sustentabilidade (IS): 55,5
Índice de Qualidade de Vida (IQV): 75,5
Índice de Satisfação com a Vida (ISV): 65,5
Índice de Bem-Estar (IB): 70,5
Índice de Felicidade (IF): 65,5
Índice de Prosperidade (IP): 70,5
Índice de Paz (IPZ): 70,5
Índice de Segurança (ISG): 70,5
Índice de Saúde (ISD): 70,5
Índice de Educação (ISE): 70,5
Índice de Meio Ambiente (IME): 70,5
Índice de Cultura (ISC): 70,5
Índice de Esportes (ISE): 70,5
Índice de Lazer (ISL): 70,5
Índice de Turismo (IST): 70,5
Índice de Transportes (ISTP): 70,5
Índice de Infraestrutura (ISI): 70,5
Índice de Tecnologia (IT): 70,5

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1873 JULIO MESQUITA 1905-1987

Quinta-feira 30 DE JULHO DE 2020 R\$ 5,00 ANO 141 Nº 46307

estadão.com.br

Ministério tem 9,8 mi de testes sem uso por falta de insumos

Exame em estoque é do tipo considerado padrão-ouro de diagnóstico da covid; não há reagentes disponíveis

Documentos mostram que o Ministério da Saúde tem em seu estoque 9,8 milhões de testes da covid-19. O número é quase o dobro dos cerca de 5 milhões de unidades entregues até agora aos Estados e municípios, informa Mateus Vargas. O exame em estoque é do tipo PT-PCR, considerado "padrão-ouro" para diagnóstico da doença. O principal motivo para os testes ficarem parados é a falta de insumos usados em laboratório para processar amostras de pacientes. Segundo o Conselho Nacional

de Secretários de Saúde, o envio do exame não é suficiente, e preciso distribuir os reagentes. Esses insumos estão em falta no mercado. O ministério afirma que distribui os kits à medida que recebe os reagentes. **METRÓPOLE / PÁG. A16**

PANDEMIA NO PAÍS

● Conforme os números levantados pelo consórcio da imprensa	
TOTAL DE MORTES	90.188
NOVOS REGISTROS DE MORTES EM 24H, ATÉ AS 20H DE ONTEM	1.554
MÉDIA MÓVEL DE MORTES (7 DIAS)	1.043
TOTAL DE TESTES POSITIVOS	2.555.518
NOVOS CASOS DETECTADOS EM 24H, ATÉ AS 20H DE ONTEM	70.869
TOTAL DE RECUPERADOS*	1.787.419

NÚMERO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

Múltis do País repatriam US\$ 30 bi na pandemia

Empresas com negócios fora do Brasil repatriaram, desde o início da pandemia, US\$ 30,6 bilhões que estavam em subsidiárias internacionais. As multinacionais brasileiras estão recorrendo às filiais no exterior para cobrir buracos abertos pelo choque do coronavírus e, segundo analistas, porque os recursos não estão sendo investidos por causa da crise. Além disso, o dólar na casa de R\$ 5 traz ganhos cambiais. **ECONOMIA / PÁGS. B3 e B5**

● Brasil terá cédula de R\$ 200 Banco Central informou que a cédula de R\$ 200 deve começar a circular no fim de agosto e terá como personagem o lobo-guará. **PÁG. B5**

PIB da tecnologia CONGRESSO DOS EUA APERTA AS 4 GIGANTES

Numa sessão virtual da Câmara dos Deputados dos EUA, os presidentes de Amazon, Google, Apple e Facebook tiveram de responder a perguntas sobre concorrência desleal, aquisições, uso de dados de clientes e até de hidroxicloroquina. Mais do que isso, viram seus modelos de negócio serem postos em xeque. **ECONOMIA / PÁG. B13**



Mark Zuckerberg, FACEBOOK



Jeff Bezos, AMAZON



Tim Cook, APPLE



Sundar Pichai, GOOGLE

NOTAS & INFORMAÇÕES

Teto de gastos e saúde pública

O nível do debate público no País estaria mais civilizado se as discussões fossem pautadas por argumentos, não por gritaria. **PÁG. A3**

Sinais dos tempos

Carta de bispos é mais um sério alerta de que o governo caminha na direção do abismo. **PÁG. A3**

Toffoli defende 8 anos de espera a juiz-candidato

O presidente do STF, Dias Toffoli, defende que juizes e promotores cumpram quarentena de oito anos antes de concorrer a cargos eletivos. Em discussão na Câmara, a quarentena de magistrados agrada a parte do mundo político, que vê no ex-juiz Sérgio Moro um possível candidato à Presidência. **POLÍTICA / PÁG. A4**

● Serra: investigações barradas Em caráter liminar, Toffoli suspendeu duas investigações contra o senador José Serra (PSDB-SP). **PÁG. A10**

Câmara prepara votação de 'pauta verde'

A Câmara deve votar nas próximas semanas projetos ligados ao ambiente. Entre eles estão o que cria lei de emergência climática e neutralização de emissões, o que estabelece regras para incentivar a emissão de títulos verdes e o agravamento de penas para o desmatamento. **ECONOMIA / PÁGS. B6 e B8**

Mirassol elimina São Paulo; Palmeiras avança ESPORTES / PÁG. A22

Tempo em SP 12° Min. 16° Máx.



Dos 15 livros mais vendidos no País na quarentena, dez são de autoajuda, sobretudo financeira. **PÁG. H1**

William Waack

Lei do mínimo esforço indica aumento de impostos e não uma ampla reforma tributária, que exige coordenar esforços. **POLÍTICA / PÁG. A10**

Delso Ming

Solução para a falta de proteção de trabalhadores que são entregadores de aplicativos não é empurrá-los para a CLT. **ECONOMIA / PÁG. B2**

Zeina Latif

O fracasso dos Correios na pandemia pode ajudar a acelerar as discussões sobre mudanças de rumos no setor. **ECONOMIA / PÁG. B10**

TEM 7 LUGARES

VEM AÍ O MAIOR SALTO TECNOLÓGICO DE UMA MARCA NO CENÁRIO AUTOMOTIVO BRASILEIRO.

VECARA

QUALIDADE. TECNOLOGIA E DESIGN.

FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921 ★★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 100 ★ Nº 33.356

QUINTA-FEIRA, 30 DE JULHO DE 2020

R\$ 5,00



Graeme Jennings e Mandel Ngan/Pool via Reuters

PRESIDENTES DAS BIG TECHS ENFRENTAM ACUSAÇÕES DE PARLAMENTARES NOS EUA

Os líderes das empresas de tecnologia Jeff Bezos (Amazon), Tim Cook (Apple), Sundar Pichai (Google) e Mark Zuckerberg (Facebook) durante audiência no Congresso americano Mercado A20

País aceitará estrangeiro com seguro e teste negativo

O governo Bolsonaro permitirá a entrada de estrangeiros no país por via aérea durante o estado de emergência na pandemia. A exceção são os estados de Mato Grosso do Sul, Paraíba, Rondônia, Rio Grande do Sul e Tocantins. Será preciso apresentar seguro-saúde e teste negativo para Covid-19. Saúde B4

Brasil ultrapassa 90 mil mortos pelo coronavírus; infectados somam 2,5 milhões

Saúde B3

Pandemia no Brasil

Brasil	Casos	Óbitos
Total	2,6 mi	90,2 mil
Ontem*	46,2 mil	1.043
Varição**	27,1%	-2,2%
Estágio	Acelerado	

Estágios da pandemia

- Acelerado
- Estável
- Desacelerado
- Reduzido



Estados com mais óbitos	Total
1º SP	22,4 mil
2º RJ	13,2 mil
3º CE	7,6 mil

Situação nos municípios

Estáveis

- São Paulo (SP)
- Salvador (BA)
- Guarulhos (SP)
- Teresina (PI)

Desacelerados

- Rio de Janeiro (RJ)
- Belém (PA)
- Natal (RN)
- Maceió (AL)

Dados das 20h de 29 jul
*Média móvel de 7 dias
**Em relação a 14 dias

Covid-19 mata mais de 200 grávidas e puérperas no Brasil

Caso único, o Brasil registrou ao menos 204 mulheres mortas por Covid-19 na gestação ou no pós-parto. Foram 1.860 casos entre grávidas no país até 14 de julho. Pesquisadores estimam salto na taxa de mortalidade materna. Saúde B1

Rússia diz que em setembro começa a produzir vacina

Saúde B1

Sérgio Rodrigues Boicotar e cancelar é só começar

Charles Cunningham Boycott (1832-1897), capitão inglês reformado, entrou para o dicionário e para a história das lutas trabalhistas na mesma tacada. Na era das redes sociais, o boicote se desdobrou no cancelamento. Saúde B3

Ciência B6 e B7

Missão Marte

Nasa envia hoje nova missão ao planeta vizinho para estudar possibilidades de vidas passadas



LeBron James, do Los Angeles Lakers. NBA/Instagram

Esporte B13

Preparador brasileiro fala sobre adaptação à 'bolha' da NBA, que será retomada hoje

Ilustrada B8

Séries em áudio remetem à era das radionovelas e do radioteatro no país

Turismo B12

Retomada deve colocar em evidência destinos nacionais e viagens de carro

Governo estuda desonerar em 25% todos os salários

Em troca de imposto digital, alíquota teria de superar o 0,2% da proposta que beneficiaria até um salário mínimo

O Ministério da Economia estuda uma desoneração de até 25% da folha de pagamento das empresas para todas as faixas salariais. A proposta amplia ideia mencionada anteriormente, que previa corte de imposto para rendimentos equivalentes a até um salário mínimo, segundo o assessor especial do ministério, Guilherme Alif Domingos.

"[Estudamos] até a desoneração para todos, reduzindo em 25% a contribuição. Estamos fazendo o cálculo dentro disso", disse à Folha. O corte de impostos pagos pelas empresas à União sobre os salários é um objetivo antigo de Paulo Guedes. Seria necessário, porém, criar um novo imposto sobre pagamentos, o que críticos veem como reciação da CPME.

Uma alíquota mínima de 0,2% renderia anualmente R\$ 120 bilhões aos cofres públicos. Isso seria suficiente para desonerar salários até um mínimo. O ministério já menciona alíquota de 0,4%, o que, em teoria, dobraria a arrecadação. Mercado A15

Isenção de IR só cresce com base de arrecadação maior, afirma Guedes A16

Quarentena para ex-juizes é defendida por Toffoli e Maia

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), se alinhava ao presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Dias Toffoli, e defendeu uma quarentena de oito anos para ex-juizes, ex-procuradores e ex-promotores poderem disputar eleições.

O prazo hoje é de seis meses. Nem Toffoli nem Maia citaram diretamente o ex-juiz Sergio Moro, da Lava Jato em Curitiba, mas o ex-ministro da Justiça do governo Jair Bolsonaro é tido como possível candidato à Presidência em 2022. Poder A4

Serra se torna réu e, no mesmo dia, é poupado pelo STF

O ministro Dias Toffoli, suspendeu ontem duas investigações contra o senador José Serra (PSDB-SP). Em uma delas, em que é acusado de lavagem de dinheiro transnacional, o tucano virou réu também no dia de ontem. Poder A10

Banco Central vai lançar cédula de R\$ 200 em agosto

Mercado A20

Na Saúde, Pazuello indica amiga para cargo de R\$ 10 mil

Ministro interino da Saúde, o general Eduardo Pazuello nomeou uma amiga sem experiência em saúde nem em gestão pública como representante da pasta em Pernambuco com base na "relação de confiança e amizade" mútua. Saúde B2



Saudi Ministry of Media/AFP

PEREGRINAÇÃO A MECA COM RESTRIÇÕES

Muçulmanos deram início à tradicional peregrinação a Meca em um novo formato, devido à pandemia do coronavírus; acompanhados por guias, fiéis fazem sete voltas ao redor da Kaaba, no centro da Grande Mesquita, mas sem tocá-la Mundo A14

Perfis mais à direita são maioria entre contas suspensas no Twitter A8

Criticar voto por correio pode prejudicar Trump em estados-chave A11

Corte de Haia descarta 90% dos pedidos de investigação A13

Paraisópolis sonha que parque saia do papel e rejeita muro B5

EDITORIAIS A2

Boiada normativa Sobre ofensiva ambiental do governo Bolsonaro.

Como voltar às aulas Acerca de cuidados para a reabertura das escolas.

AUDIÊNCIA/MÊS
PÁGINAS VISTAS 266.747.984
VISITANTES ÚNICOS 44.825.539



[illegible]

www.correiobraziliense.com.br

LONDRES, 1808, HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA, BRASÍLIA, 1990, ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 30 DE JULHO DE 2020

NÚMERO 20.886 • 36 PÁGINAS • R\$ 2,50

Entrevista / Francisco Araújo Filho

"É preciso que o governo e os cidadãos façam as suas partes"



Em entrevista ao Correio, o secretário de Saúde (foto) dividiu com a população a responsabilidade sobre o controle da covid-19. Além de detalhar as ações do governo na luta contra o coronavírus, cobrou do brasileiro o cumprimento do isolamento social e o uso de máscaras e de álcool em gel. Ontem, o DF registrou 28 mortes e 1.616 novos casos.



- ✓ Doente pode transmitir o vírus por até 21 dias, revela estudo da OMS
- ✓ Brasil ultrapassa a marca de 90 mil mortes causadas pelo coronavírus
- ✓ Novos surtos na Europa são atribuídos ao relaxamento da população jovem

PÁGINAS 6, 14, 16, 17 E 18

Aras acirra a polarização sobre ações da Lava-Jato

A maior operação de combate à corrupção do país está sob forte pressão. E a contestação mais contundente na história da Lava-Jato surgiu no próprio Ministério Público. O procurador-geral da República, Augusto Aras, falou publicamente

em "caixas de segredos" nas investigações e em corrupção de rumos para "que o lavajatismo não perdesse". A reação foi imediata e dura. "A transparência faltou mesmo no processo de escolha do PGR pelo presidente Bolsonaro", atacou o pro-

curador Robertson Pozzobon, do Paraná. Chefe da força-tarefa, Deltan Dallagnol também contestou: "A ilação de que há 'caixas de segredos' no trabalho é falsa". O ex-juiz Sergio Moro, um dos símbolos da Lava-Jato, defendeu a transparência

das investigações. Mas houve apoio a Aras. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), argumentou que o PGR tem legitimidade para questionar os métodos da investigação. PÁGINA 2 E COLUNAS NAS ENTRELINHAS, 3, E BRASÍLIA-DF, 4

Ed. News/CF/DA Press



De veterinária ilegal a tráfico

Pedro Henrique Lehmkuhl (foto) está preso desde ontem sob suspeita de integrar quadrilha internacional de venda de animais exóticos no DF. Ele foi pego por uma cobra naja, em 7 de julho, e o caso abriu a investigação de um grande esquema criminoso. As acusações a Pedro são graves. Ele é considerado mais do que um colecionador de serpentes no esquema. Ministério Público acusa o jovem de praticar a medicina veterinária ilegalmente.

PÁGINA 19

Morris Ferreira/CF/DA Press



Para Salles, é viável minerar na Amazônia

O ministro do Meio Ambiente defendeu, ontem, em entrevista ao CB.Poder, a regulação da exploração de metais e pedras preciosas na região. "Não será uma nova Serra Pelada, temos parâmetros muito mais rigorosos que podem ser seguidos", garante. Ficando Salles apresentou, também, as diretrizes do Plano Nacional de Resíduos, que será assinado amanhã. Segundo ele, há uma "pandemia de lixo no Brasil." PÁGINA 5

UnB entra em clima eleitoral

Conheça os candidatos aos cargos de reitor e vice-reitor para os próximos quatro anos. Pleito será em 25 e 26 de agosto.

PÁGINA 21

R\$ 14 bilhões de crédito

Recursos do Programa de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte estarão disponíveis em 15 dias.

PÁGINA 8

CONTEMPLAÇÃO No firmamento

Brasilienses aproveitam seca e menos nuvens para passar horas olhando para o alto com telescópio e até com aplicativos. PÁGINA 22



Multas

Esquema criminoso atuava no Detran para cancelar infrações

PÁGINA 19

Duzentão

Real ganha cédula nova com imagem do lobo-guará

PÁGINA 8



Ana Raposo/CF/DA Press



Para acelerar o trânsito — Estrada Setor Policial Militar ganhará pista nova e viadutos em uma tentativa de aliviar o fluxo de veículos. Saiba quais são as adaptações ao início das obras. PÁGINA 20



CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 • assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166

VerCapas.com.br

(61) 99256.3846

DADOS ASSOCIADOS

MME / ASCOM .